

A Diplomacia Cultural como Soft Power nas Relações entre Portugal e França (1960-2020)

Relatório de Estágio na Embaixada de Portugal em Paris

Nathália Pavam Maia

**Relatório de Estágio de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais**

Março, 2022

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Carmen Fonseca.

Agradecimentos

Dedico o presente trabalho à minha família, meu marido e aos amigos que tanto me deram forças para realizar este estágio e concluir um capítulo tão transformador na minha vida. À minha orientadora, Professora Doutora Carmen Fonseca, aos colegas da Embaixada e a esta instituição de ensino, o meu merci beaucoup!

Relatório de Estágio na Embaixada de Portugal em Paris

Nathália Pavam Maia

RESUMO

O presente relatório expressa os resultados do estágio curricular realizado entre outubro de 2020 e abril de 2021 na Embaixada de Portugal em Paris. Os principais objetivos do estágio foram a aplicação dos conhecimentos teóricos lecionados durante a componente letiva do referido Mestrado e o desempenho de funções de carácter profissional relevante. O estágio permitiu igualmente uma compreensão aprofundada do trabalho realizado numa Embaixada portuguesa na União Europeia, assim como o funcionamento da rede diplomática portuguesa.

Este trabalho descreve todas as tarefas desenvolvidas ao longo do estágio curricular que, do ponto de vista científico foram desafiantes, e do ponto de vista prático, exigentes. Com recurso à relação histórica entre Portugal e França, o trabalho apresentado neste relatório tem como principal objetivo discutir os conceitos de Diplomacia Cultural e Soft Power enquanto elementos estruturantes daquela relação. Cumpre analisar, assim, o papel da Embaixada de Portugal em Paris, a importância da imigração portuguesa e francesa e, mais recentemente, a oportunidade que coloca a Temporada Portugal-França 2022, a ser organizada simultaneamente entre os dois países, sob a tutela dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Cultura de Portugal e França.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia Cultural, Política Externa Portuguesa, Relações diplomáticas, Embaixada de Portugal em França

ABSTRACT

This report expresses the results of the internship carried out between October 2020 and April 2021 at the Portuguese Embassy in Paris, with the purpose of obtaining the master's degree in Political Science and International Relations.

The main objectives of the internship were the application of the theoretical knowledge taught during the teaching component of the Master and the execution of functions of relevant professional character. The internship also provided a deep understanding of the work carried out in a Portuguese Embassy in the European Union, as well as the functioning of the Portuguese diplomatic network.

This paper describes all the tasks developed during the curricular internship, which, from the scientific point of view, were challenging and laborious, and from the practical point of view, demanding. Using the historical relationship between Portugal and France, the work presented in this report aims to discuss the concepts of Cultural Diplomacy and Soft Power as structural elements of that relationship. Therefore, we will analyze the role of the Portuguese Embassy in Paris, the importance of Portuguese and French immigration and, more recently, the opportunity posed by the Portugal-France 2022 Season, which will be organized simultaneously between the two countries, under the responsibility of the French and Portuguese's Ministries of Foreign Affairs and Culture.

KEYWORDS: Cultural Diplomacy, Portuguese Foreign Policy, Diplomatic Relations, Embassy of Portugal in France

ÍNDICE

<i>Introdução</i>	1
<i>Capítulo 1 – Enquadramento conceptual</i>	3
1.1 A diplomacia na era da globalização	3
1.2. O conceito de Diplomacia Cultural	6
1.3. A língua como elemento de <i>soft power</i>	9
1.3.1 <i>Em França</i>	9
1.3.2 <i>Em Portugal</i>	11
<i>Capítulo 2: As Relações entre Portugal e França (1960-2020)</i>	13
2.1. A emigração portuguesa para França	13
2.2. A emigração francesa para Portugal	15
2.3. Destaques da relação Portugal-França	17
2.4. França país observador da CPLP	20
2.5. A Embaixada de Portugal em Paris	21
2.5.1. <i>Estrutura da Embaixada de Portugal em Paris</i>	21
2.5.2 <i>Relações económicas com Portugal</i>	22
2.5.3 <i>Turismo de Portugal em França</i>	23
2.5.4 <i>Centro Cultural Português/Camões I.P.</i>	24
<i>Capítulo 3: Descrição das atividades realizadas durante o estágio</i>	26
3.1. Temporada Portugal-França 2022	27
3.2. Presidência Portuguesa da União Europeia	30
3.3. Outros eventos e reuniões	34
3.4. Recolha e tratamento de informação	35
<i>Conclusões</i>	36
<i>Bibliografia</i>	40
<i>Anexos</i>	44

Introdução

O estágio a que se refere o presente relatório foi realizado na Embaixada de Portugal em França, de outubro de 2020 a abril de 2021, sob a orientação do Dr. Frederico Nascimento, Ministro Conselheiro da Embaixada. O estágio enquadra-se na componente não-letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação científica da Professora Doutora Carmen Fonseca.

Este relatório de estágio apresenta a seguinte pergunta de investigação: *como Portugal promove a Diplomacia Cultural nas suas relações com a França, no quadro da Política Externa Portuguesa?* Para iniciar o estudo que dará resposta a esta pergunta, importa definir, de antemão, o conceito de diplomacia, e mais especificamente o de Diplomacia Cultural, conforme desenvolvidos no âmbito das Relações Internacionais. Ressalta-se que um dos objetivos deste trabalho é perceber se Portugal utiliza, na sua ação, os instrumentos de *soft power* associados a este conceito, tendo em conta a literatura disponível sobre o tema. Esta abordagem será aplicada na análise da ação de Portugal com relação à França, e incluso da Embaixada de Portugal em Paris, quer no quadro da Política Externa Portuguesa, quer no contexto da União Europeia.

No primeiro capítulo, é abordado em maior detalhe o conceito de diplomacia e de Diplomacia Cultural, passando pela definição de *soft power* e observando o exemplo francês de “*rayonnement culturel*”. No segundo capítulo analisa-se brevemente o contexto histórico das relações políticas e diplomáticas entre Portugal e França a partir de 1960, evocando a diáspora portuguesa e a migração francesa para Portugal, e são feitas considerações sobre a estrutura da Embaixada de Portugal em Paris. No terceiro capítulo são listadas e comentadas as atividades mais importantes realizadas durante o período de estágio, incluindo dois momentos excecionais e importantes: a Presidência Portuguesa da União Europeia em 2021, e a organização da Temporada Portugal-França 2022. Por fim, com base em todo o trabalho prático na Embaixada e o teórico no exercício deste relatório, é elaborada a conclusão do estudo.

A norma bibliográfica utilizada neste relatório de estágio foi a de Harvard. No entanto, existiu alguma dificuldade em referenciar alguns artigos, documentos oficiais e relatórios, sendo que muitos deles foram documentos disponibilizados unicamente

durante reuniões internas, principalmente no âmbito da Temporada Portugal-França 2022. No entanto, todos os documentos referidos encontram-se em arquivo.

Logo após a conclusão do estágio na Embaixada de Portugal em Paris, em abril de 2021, tive a oportunidade de ser convidada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para continuar a trabalhar na preparação da Temporada Portugal-França, a partir de Lisboa. Apesar de ter sido um grande passo no meu percurso profissional em Relações Internacionais, foi também um dos motivos pelo qual tive dificuldades em elaborar o presente relatório, visto que o trabalho no Ministério se revelou extremamente desafiador e exigente.

Capítulo 1 – Enquadramento conceptual

Considerando as dinâmicas de imigração portuguesa para a França a partir dos anos 1960, bem como a recente onda de cidadãos franceses a se instalar em Portugal, para além das várias décadas de alinhamento político e de pensamento destes dois países, faz-se necessário analisar alguns conceitos principais para basear o presente estudo. As funções centrais do corpo diplomático e a forma como são elas executadas nos dias atuais são peça importante no entendimento da diplomacia, e mais especificamente da dinâmica observada na Embaixada de Portugal em Paris. O papel da Diplomacia Cultural, e nomeadamente a promovida pela Embaixada, é outro elemento essencial para compreender a promoção das relações entre Portugal e França, no contexto da Política Externa Portuguesa.

Tendo em conta as atividades promovidas pela Embaixada em França, pelo que foi observado durante o estágio, pode-se argumentar que o conceito de Diplomacia Cultural se aplica ao posicionamento atual português com relação à França. Desta forma, pretende-se, na presente investigação, compreender se o conceito de Diplomacia Cultural contribui para o estreitamento das relações entre Portugal e França, tendo em conta as suas relações históricas desde 1960.

1.1 A diplomacia na era da globalização

Importa iniciar esta análise definindo o que é a diplomacia e qual o seu papel no mundo pós-globalização. O termo diplomacia estabeleceu-se como conceito relevante apenas no final do século XVIII, quando passou a significar todo tipo de negociação entre Estados a partir de membros de um Estado acreditador validados por um Estado acreditado (Gaspar, 2020).

Ao longo do tempo, entretanto, diferentes tónicas foram dadas para o conceito de diplomacia. No século XIX, era definida maioritariamente como a arte da negociação; após a Primeira Guerra, destaca-se o uso da inteligência na condução das relações entre os governos; durante o entre guerras, inclui-se a noção de diplomacia multilateral, de debates públicos, após a criação da Sociedade das Nações. Entretanto, é apenas no pós-Segunda Guerra que as funções do corpo diplomático são devidamente codificadas, primeiro na Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas de 1946, e

depois com a Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas de 1961 (Roberts, 2017; Gaspar, 2020).

As funções principais da diplomacia são estabelecidas no artigo 3º da Convenção de Viena de 1961:

- “a) Representar o Estado acreditante perante o Estado acreditador;
- b) Proteger no Estado acreditador os interesses do Estado acreditante e dos seus nacionais, dentro dos limites estabelecidos pelo direito internacional;
- c) Negociar com o governo do Estado acreditador;
- d) inteirar-se por todos os meios lícitos das condições existentes e da evolução dos acontecimentos no Estado acreditador e informar a esse respeito o governo do Estado acreditante;
- e) Promover relações amistosas e desenvolver as relações económicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditador” (Convenção sobre Relações Diplomáticas, 1961, art 3º).

Richelieu definia a diplomacia como “uma negociação permanente”, e com base nisso, diversos autores consideram “negociar” como a principal função do corpo diplomático, o que significa que, para eles, estudar diplomacia seria o mesmo que estudar a negociação e seus processos. Apesar disso, importa ressaltar que a atividade de negociar depende de uma outra função: informar e comunicar, e para isso, os agentes diplomáticos devem ser reconhecidos como representantes do seu Estado ou organização. De acordo com Balzacq, a diplomacia tem duas finalidades: quando não está a buscar um entendimento entre os atores, está a tentar evitar que os desacordos se transformem em conflitos ou a mitigar a possibilidade de tais desacordos acontecerem em primeiro lugar (Balzacq, et al, 2018, p. 16; Gaspar, 2020).

Com a revolução da tecnologia e das comunicações, a diplomacia e o desempenho das funções do corpo diplomático tiveram que acompanhar este rápido e complexo desenvolvimento. De acordo com o Oxford Handbook of Modern Diplomacy, cinco mudanças centrais alteraram a forma como se pratica a diplomacia atualmente:

- “i) o crescente número e tipo de atores (governos, empresas, ONGs, organizações inter-regionais etc.);
- ii) a expansão do âmbito e dos temas sobre os quais a diplomacia trabalha (todos os sectores das políticas públicas e da atuação governamental);
- iii) os níveis a

que o envolvimento diplomático chega (local, nacional, bilateral, multilateral, regional, global); iv) o aparato e o funcionamento da máquina diplomática; v) os modos, tipos e técnicas da diplomacia (Cooper, Heine, & Thakur, 2013, p. 6).

Neste sentido, Gaspar (2020) elenca alguns impactos dessas mudanças nas funções principais da diplomacia referidas anteriormente. Com relação à função de representar, refere que o Embaixador se encontra muitas vezes limitado com relação aos poderes de plenipotenciário, visto que novas e constantes instruções do poder político chegam com maior facilidade aos postos do que nos primórdios da diplomacia, ou mesmo durante a codificação destes conceitos, em 1961. A praticidade atual de viajar de um país a outro é outro limitador destes poderes do Embaixador, visto que os agentes políticos facilmente conseguem encontrar-se diretamente com seus homólogos, podendo dispensar a presença do diplomata (Gaspar, 2020).

Sobre as funções de informar e comunicar, as inúmeras fontes de informação e o número de publicações por minuto na internet e nas redes sociais fazem com que o diplomata tenha que selecionar e analisar profundamente cada informação antes que esta seja transmitida à sede do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A “informação diplomática” tem, portanto, que ser meticulosamente selecionada, a fim de manter sua relevância. Gaspar (2020) também infere que a utilização de canais informais (e-mail e aplicativos de comunicação no telemóvel) para a comunicação de rotina na Embaixada pode significar uma perda de registos importantes para o estudo de política externa no futuro, ao se comparar com as cartas e comunicação formal enviadas no passado (Gaspar, 2020).

Negociar também é outra função que sofre alterações, visto que o tempo de negociação atualmente é muito inferior ao que os diplomatas do século XX experimentavam, dada a impressionante velocidade das comunicações e circulação de informação. Para além, Gaspar (2020) afirma que “as pressões exercidas pelas opiniões públicas e pelos media podem por vezes levar a uma precipitação na negociação, passando a assegurar o mal menor em vez do bem maior na escala de interesses em jogo” (Gaspar, 2020, p. 9).

Com relação à função de proteção, a alteração se dá no crescimento da sua relevância. Com a globalização veio o aumento do volume de circulação a nível global, aumentando assim o número de imigrantes ou pessoas em trânsito em um certo país e que necessitam de apoio consular. E, por último, vemos que a função de promoção agora dá

significado a diversos outros tipos de diplomacia, como a diplomacia pública, a diplomacia económica e a diplomacia cultural. De acordo com Gaspar (2020), “a era das comunicações potenciou um desenvolvimento de todos os ‘tipos’ de diplomacia” (Gaspar, 2020, p.10). Neste sentido, o exercício da diplomacia atualmente envolve dialogar com diversos outros atores públicos e privados, como ONGs, confederações de empresas, escolas e universidades, Think Thanks, organizações e associações de descendentes naquele país, entre outros (Gaspar, 2020).

Um dos objetivos desta nova forma de diálogo é promover, no estrangeiro, a imagem do país, e um dos meios para fazê-lo é utilizar do *soft power* e suas ferramentas, como a Diplomacia Cultural, central para a análise do presente estudo.

1.2. O conceito de Diplomacia Cultural

A partir da definição das funções centrais do corpo diplomático nas últimas décadas, cumpre nesta seção definir o que é a Diplomacia Cultural. Este conceito pode ser considerado, no âmbito das Relações Internacionais, um tema relativamente pouco estudado. É um assunto particularmente importante para este relatório visto que, embora tenha feito parte da política externa de diversos países há várias décadas, a Diplomacia Cultural ganhou particular relevância no estudo das Relações Internacionais nos últimos anos.

O termo Diplomacia Cultural foi utilizado pela primeira vez por Willy Brand, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, em 1966. Para Brand, a política externa das nações consistia em três pilares centrais: Política, Comércio e Diplomacia Cultural, sendo que este último tinha o papel essencial de, segundo ele, conectar nações e otimizar as Relações Internacionais. Em concordância com este pensamento, Isabela Figueiredo argumenta que há uma percepção geral com relação aos conflitos internacionais de que sua motivação decorre principalmente de desentendimentos com fundamentações culturais, o que, segundo ela, fortalece o papel da Diplomacia Cultural como instrumento de aproximação entre os povos e de redução de desconfianças (Figueiredo, 2010).

A cultura sempre esteve presente na agenda governamental de política externa, e durante o século XX, vários países utilizaram o fator cultural para criar uma tradição de aproximação, cooperação e intercâmbio como um pilar das suas políticas externas. Dessa forma, percebe-se que os Estados utilizaram a cultura para divulgar uma imagem positiva

dos seus países no estrangeiro, procurando simpatia política, bem como para manter uma imagem de prestígio no ambiente internacional. Montiel (2007) observa, por exemplo, que um dos benefícios do prestígio cultural e da autoridade foi visto durante a Segunda Guerra Mundial em Paris, França, pois foi o que impediu que a cidade fosse bombardeada pelos nazistas neste período. A dissuasão militar ou o interesse económico não tiveram o mesmo papel que a projeção cultural da cidade, que, em última instância, a salvou da demolição (Montiel, 2007).

Refere-se que a cultura, interligada à política externa, é capaz de instaurar um clima de cooperação, que é favorável aos investimentos estrangeiros e aos negócios de uma forma geral. Para ilustrar, podemos observar a atuação de países como a França e o Reino Unido, que durante o século XX levaram a cabo uma estratégia de promoção cultural no estrangeiro a fim de se posicionarem na cena internacional e, portanto, aumentarem a sua influência externa. A esta ação pode-se creditar novas estratégias de cooperação bilateral entre nações, das quais foram criadas várias instituições no âmbito cultural e da educação, que tinham como objetivo promover as culturas nacionais e assim alcançar uma aproximação cultural. Exemplos destas instituições são: a *Alliance Française*, em França, o *British Council* no Reino Unido e, em Portugal, o Camões, Instituto de Cooperação e da Língua I.P. Neste contexto, os países perceberam que para ter uma forte presença internacional, o poder económico e militar por si só não era suficiente (Rodríguez Barba, 2015).

De volta às raízes da definição de Diplomacia Cultural, encontramos dois conceitos difíceis de apreender: cultura e diplomacia. A definição de cultura mais citada é da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que define a cultura como:

“o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 2002)¹.

A cultura ganhou significado nas Relações Internacionais em questões vitais como os fenómenos de globalização, os fluxos migratórios, a afirmação dos direitos culturais

¹ Definição conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998).

como direitos humanos fundamentais, a diversidade cultural e a influência crescente das novas tecnologias na vida social e cultural dos cidadãos (Rodríguez Barba, 2015).

Já a diplomacia, para além do que vimos anteriormente neste estudo, tem sido definida desde o início do século XX como "a ciência da constituição social e política dos Estados e a arte de conciliar deveres, direitos e interesses" (Funck-Brentano, 1900 p. 74). Outra definição importante é a do diplomata Harold George Nicolson, que se refere às relações entre estados através da negociação, bem como o destaque das virtudes diplomáticas: veracidade, precisão, bom carácter, paciência, modéstia, lealdade, imaginação, tato e inteligência. Assim, pode-se referir que a origem da prática conhecida como Diplomacia Cultural centra-se em conceitos que ligam uma ação – diplomacia – e um conteúdo – cultura – e que são em última instância enquadrados no domínio da política externa (Nicolson, 2000; Rodríguez Barba, 2015).

Ribeiro (1989), por sua vez, mostra em sua obra a sutil diferença entre “relação cultural internacional” e “diplomacia cultural”. Para ele, as relações culturais internacionais focam-se na compreensão e aproximação entre os povos. Por outro lado, a Diplomacia Cultural utiliza as relações culturais para atingir objetivos nacionais, podendo estes ser tanto de natureza cultural, quanto de natureza comercial, política, económica, dentre outras. Neste contexto, a cultura não é o fim, mas sim o meio para se alcançar outros objetivos importantes para os Estados. Pode-se inferir que a cultura (ou Diplomacia Cultural) como pilar da política externa de um país alcança objetivos que vão além dos culturais *per se*, já que facilita, mesmo que indiretamente, a consecução de objetivos outros a que se proponha o país em questão. Utiliza-se, assim, a Diplomacia Cultural como “instrumento da paz”, “suporte para a diplomacia convencional”, “veículo para o entendimento internacional”, ou “lubrificante para o comércio” (Figueiredo 2010, p.11).

Desta forma, após a análise das mais variadas definições, considera-se, neste documento, Diplomacia Cultural como o conjunto de estratégias e atividades realizadas pelo Estado no estrangeiro através da cooperação cultural, educativa e científica – bem como exposições e eventos culturais – visando implementar os objetivos de política externa, assim como destacar uma imagem positiva do país. A Diplomacia Cultural, neste contexto, distingue-se pelos seus objetivos, pelos atores e pelos meios através dos quais é levada a cabo (Rodríguez Barba, 2015).

1.3. A língua como elemento de *soft power*

O surgimento do conceito de *soft power* de Joseph Nye, proposto originariamente no livro *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (1990) encaixa-se perfeitamente no contexto de ações de promoção da Diplomacia Cultural. O autor refuta as “leis de ferro” da história e aponta para uma concepção mais complexa do poder nas Relações Internacionais. Em *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (2004) Nye define o conceito como uma capacidade persuasiva de poder, onde um Estado poderia obter ganhos através da “atração”, e não da coerção ou pagamento (lógica indireta). Neste contexto, o potencial atrativo da cultura, e aqui mais especificamente, da língua oficial de um país, é bastante relevante ao pensarmos nas ações voltadas para a Diplomacia Cultural (Nye, 2004).

Importa referir que o *soft power* no contexto da Diplomacia Cultural (executada exclusivamente pelo Estado), é diferente das ações levadas a cabo no contexto das relações culturais internacionais, que são iniciativas promovidas por particulares em que a cultura é o fim em si mesmo (Gomes, 2015). Ao contrário desta última, na Diplomacia Cultural a cultura não é o fim, mas o meio pelo qual um país se projeta internacionalmente e constrói pontes, para que, ainda que a longo prazo, obtenha de ganhos futuros, sejam eles económicos, políticos ou sociais (Figueiredo, 2010; Gomes, 2015).

1.3.1 Em França

A França é pioneira em *soft power* e a sua diplomacia investe fortemente na radiação do seu capital cultural para fins políticos, económicos e comerciais. É conhecida mundialmente pelo seu *rayonnement culturel*², percepção que se vincula a um passado histórico que remonta à Dinastia dos Bourbon, em especial a Luís XIV, cujo mecenato atraiu, para a corte francesa, grande número de artistas locais e europeus. Os Bourbon foram os primeiros a apoiar instituições religiosas no estrangeiro para difundir a língua e a cultura francesa, o que consequentemente fez com que Paris se tornasse uma referência cultural no mundo ainda no século XVII. Mesmo após 1799, com a Revolução Francesa, a dinâmica manteve-se, e os revolucionários souberam inclusive preservar a coleção real, levando à fundação do museu Louvre em 1793 (Portella de Aguiar, 2019).

² Algo como “radiância cultural”.

Um exemplo da estratégia de irradiação cultural francesa é a criação da *Alliance Française*, em 1883. Após derrota na Guerra Franco-Prussiana de 1871, a França constatou, após reavaliar seu papel na balança de poder mundial, que seria necessário se reposicionar com relação a países como Inglaterra e Alemanha, mais tecnológicos e industriais (Suppo, 2016). A língua como instrumento de difusão cultural foi uma alternativa pacífica, de relativamente fácil implementação e historicamente bem-sucedida na criação de uma rede de valores partilhados (Lessa,1998). As *Alliance Françaises* tinham por objetivo, inicialmente, trazer novos interessados que, ao aprender e começar a apreciar a língua e a cultura francesa, agiriam como “embaixadores” dos interesses de França no estrangeiro. Pode-se dizer, inclusivamente, que a França descobriu a importância do *soft power* antes mesmo deste conceito ser nomeado. Ressalta-se, entretanto, que apesar do uso deste recurso estratégico, a França continuou a investir no *hard power* e buscou reafirmar suas posses coloniais sobre vários territórios africanos (Portella de Aguiar, 2019).

No século XX, a política externa francesa assumiu como um de seus eixos a difusão cultural, colocando-a sob a direção do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês. Foi posteriormente incorporada também por países como Canadá, Estados Unidos, Alemanha e Japão (Gomes, 2015). Em 2020, de acordo com a *Agence pour l'enseignement français à l'étranger*, havia 535 estabelecimentos de ensino francês em 139 países diferentes com 370 000 alunos e em 2017 contava-se com 834 *Alliances Françaises* em 132 países com 491 000 estudantes (www.aefe.fr, n.d).

As bases da diplomacia cultural francesa estabelecem-se em princípios da década de 1980. Considerando o que foi descrito até o momento sobre a importância da cultura como um conceito de aproximação e inserção mundial, pode-se inferir que, ao divulgar não apenas o seu desenvolvimento tecnológico, mas também o seu vasto património artístico e cultural, a França tornou-se um dos maiores exemplos de como externar sua presença utilizando o *soft power*. Essa diplomacia cultural em França encontra-se acima das mudanças de governo, integrando-se nas duradouras políticas de Estado (Portella de Aguiar, 2019).

1.3.2 Em Portugal

Seguindo o pioneirismo francês, Portugal criou, em 1921, o seu primeiro leitorado, na Universidade de Rennes. Seguiram-se a criação de leitorados também em universidades na Alemanha, Itália e Reino Unido. Entretanto, para compreender a ação externa de Portugal, será necessário inicialmente pensar na análise acerca do debate das relações internacionais culturais na última década do século XX, que constituiu um tema de fundamental relevância para justificar estas ações através de sua política cultural externa (Camões I.P., 2016a).

Inserido numa dinâmica de economia e política globalizadas, Portugal articulou a política cultural como instrumento de sua política externa para o reforço de sua imagem na Europa e no mundo. Este veículo singular para a defesa da divulgação da língua e da cultura portuguesas surge fundamentalmente nas seguintes perspectivas: funciona como elo entre as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e Portugal; permite uma interligação dinâmica entre o chamado mundo lusófono; e constitui, ainda, uma área de atuação no âmbito de cooperação para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que confere uma maior visibilidade ao país (Guimarães, 2008).

Para Portugal, a política cultural consiste em uma das prioridades da política externa, cujo organismo responsável é o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua I.P., (Ministério dos Negócios Estrangeiros) com o objetivo de difundir não só a língua e a cultura, mas como também reforçar sua identidade e a imagem portuguesa na União Europeia e no mundo. Assim, pode-se inferir que o *soft power* está presente na atuação da diplomacia cultural portuguesa, e inclusive a levou a organizar uma “política de expansão cultural”. Este termo foi utilizado pela primeira vez por Louis Dollot (1964), e compreende a plenitude das relações entre os governos e entre os povos (Guimarães, 2008).

Com o objetivo de promover a língua portuguesa como uma das representantes da matriz da cultura ibérica, o Estado português utiliza o *soft power* ao assimilar as relações culturais, sobretudo pela mutualidade, reciprocidade e cooperação. Nesta perspectiva, Portugal busca difundir sua língua e cultura como líder de uma comunidade lusófona, contribuindo para sua maior projeção no cenário internacional. O Camões, I.P., neste sentido, está representado em mais de 75 países, no âmbito das seguintes áreas de atuação: Cooperação, Língua e Cultura, destacando-se os Centros Culturais Portugueses (CCP) e os Centros Portugueses de Cooperação (CPC), bem como as estruturas das Coordenações

de Ensino Português no Estrangeiro, Escolas e Centros Associados, Centros de Língua, Cátedras e Leitorados (Camões I.P., 2016a).

A antiga Presidente do Camões I.P., Ana Paula Laborinho, aquando do seminário intitulado “Diplomacia para o século XXI” em 2012, afirmou: “a mais-valia portuguesa no plano internacional é a capacidade que o país tem de construir redes, por falar uma língua partilhada e por ter uma cultura que é também o resultado de muitas culturas” (Camões I.P. 2012 p.2). Laborinho afirmou também que o uso do *soft power* português estava ainda “aquém das reais possibilidades” que oferece, e sugeriu que a língua poderia ser “um dos nossos petróleos” ou, pelo menos, “um ativo importantíssimo a explorar” (Camões I.P. 2012 p.2).

Capítulo 2: As Relações entre Portugal e França (1960-2020)

Este capítulo pretende analisar brevemente o contexto histórico das relações diplomáticas entre Portugal e França, entre 1960 e 2020, e perceber a existência de períodos de cooperação ou antagonismo entre os dois países. O corte temporal aqui estabelecido visa considerar um dos momentos mais intensos da diáspora portuguesa onde o principal destino de migração foi França. Para além, menciona-se a relação inversa, de franceses em Portugal e as alterações entre as características dessas populações nas últimas décadas.

O capítulo destaca a entrada da França como país observador na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e ainda explicita o funcionamento da Embaixada de Portugal em Paris e as organizações que articulam diretamente com ela (nomeadamente o Turismo de Portugal, a AICEP e o Camões).

Pelo que foi possível observar durante o estágio em Paris e durante o Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, há uma ligação implícita de Portugal em relação à França e a sua cultura - tão renomada quanto antiga.

2.1. A emigração portuguesa para França

Apesar de estar presente na história de Portugal há mais de 100 anos, a emigração de portugueses para França nos anos 1960 e 1970 atingiu o seu ápice, sendo este país o principal destino dos emigrantes por vários anos. Registou-se, nestas duas décadas do século XX uma importante mudança nos fluxos migratórios portugueses, onde os destinos além-mar deram lugar aos destinos dentro do continente europeu. França foi, nestes anos, um dos principais países de destino de milhares de portugueses que buscavam escapar da pobreza e da Guerra Colonial. Em França, estes imigrantes almejavam sucesso material, que ali parecia mais realizável, apesar de muitas vezes ter início em condições habitacionais precárias, em bairros de habitação social das grandes cidades (Marques *et al.*, 2019).

Até este momento na história, as políticas migratórias de França haviam sempre encorajado a imigração visando suprir carências demográficas e de mão-de-obra. Os fluxos irregulares constituíam a maior fatia das entradas no país no final da década de 1960. Os empregadores podiam assim evitar burocracias ao recorrer diretamente aos

imigrantes irregulares disponíveis no mercado de trabalho francês; um “mal necessário” que visava expandir a economia francesa (Geddes, 2005).

Até 1974, França acolheu em média 62.000 portugueses por ano. A crise económica de 1973/1974, entretanto, trouxe várias medidas restritivas à entrada de imigrantes, o que reduziu consideravelmente o volume de portugueses a emigrar para o país e alterou as características dos que ainda o faziam. Enquanto anteriormente o fluxo era maioritariamente composto por trabalhadores, a partir de 1974 as migrações familiares passam a ser a modalidade mais presente (Marques *et al*, 2019).

Nos anos 1980, França deixa de ser o destino predominante da migração portuguesa, acolhendo apenas cerca de 28% dos portugueses que emigraram para um país europeu. Esta década marcou uma nova fase na emigração laboral portuguesa, caracterizada pelo desenvolvimento de novas formas migratórias, de novos destinos e por ocorrer num contexto político-institucional diferente daquele em que se registaram os fluxos de anos anteriores (Baganha e Peixoto, 1997; Marques *et al*, 2019).

Entre 1994 e o final do século XX registou-se cerca de 46.000 entradas de portugueses em França³. Esse fluxo migratório continuou durante os primeiros anos do século XXI, registando-se, entre 2000 e 2004, 27.658 entradas⁴. Os dados desagregados de entrada a partir de 2005 deixam de estar disponíveis para cidadãos originários da União Europeia, entretanto, considera-se que França continua a ser um dos destinos mais almejados pelos portugueses quando se trata de concretizar seus projetos migratórios (Marques *et al*, 2019).

O Eurostat estima que entre 2000 e 2010, cerca de 6.000 portugueses emigraram para França anualmente. Para os anos de 2012 e 2013, os dados do INSEE⁵ mostram a manutenção de um importante número de entradas de portugueses no país com, respetivamente, 18.370 e 18.480 entradas (Marques *et al*, 2019). Atualmente, apesar de uma melhoria significativa na economia portuguesa a partir de 2017, ainda vê-se um elevado número de cidadãos nacionais - mais de 22% da população - a viver fora de um país que, devido aos efeitos combinados de uma baixa taxa de natalidade e do recomeço da emigração, tem estado em declínio demográfico desde 2010 (Vidal, 2019).

³ Fontes: de 1994 a 1997, Xavier (2000), para 1998 e 1999, INED, Tableaux annuels des admissions, disponível em: <https://statistiques-flux-immigration.site.ined.fr/fr/admissions/>.

⁴ Fonte: INED, Tableaux annuels des admissions, disponível em: <https://statistiques-flux-immigration.site.ined.fr/fr/admissions/>.

⁵ Os valores publicados por esta entidade têm por base os inquéritos de recenseamento aplicados anualmente por amostragem. Trata-se, na realidade de médias quinquenais do período que enquadra cada um destes dois anos (2010 a 2014, para os valores de 2012 e 2012 a 2015, para os valores de 2013).

Nesse contexto, apesar de historicamente a emigração portuguesa para França ser composta em sua maioria por baixos níveis de formação e qualificação, e de uma forma geral por uma participação em setores de atividade menos prestigiados, no século XXI pode-se observar uma maior diversidade de históricos educacionais e de formação profissional. Esta recomposição dos perfis profissionais em França pode ser explicada pela entrada contínua de novos emigrantes (com novas qualificações diversificadas) e pela saída daqueles que, residindo no país há mais tempo, possuíam níveis de qualificação mais baixo. De acordo com Marques *et al*:

Como noutros países em que a população emigrante portuguesa é continuamente alimentada por novos fluxos migratórios, regista-se a interação entre um efeito de estrutura, decorrente da alteração estrutural dos níveis de educação da população portuguesa, e um efeito conjuntural, resultante da incapacidade do mercado de trabalho nacional absorver de forma eficiente os diferentes perfis formativos produzidos pelo sistema escolar/académico (Marques *et al*, 2019 p. 43).

Isso se dá, em partes, pelas novas formas de mobilidade desenvolvidas na Europa, como o programa Erasmus+, do qual pode participar durante o estágio na Embaixada de Portugal em Paris, e que facilita o contacto de jovens em formação académica/profissional com mercados profissionais de outros países, sendo França um dos destinos mais almejados.

O facto deste país ter assumido uma posição tão importante no que toca a emigração portuguesa contribuiu para o grande número de produções académicas sobre portugueses e luso-descendentes em França, sendo este, segundo Candeias *et al* (2014), o principal destino focado pelos investigadores desde 1980. Entretanto, este volume de trabalhos académicos não tem sido acompanhado por uma continuada reflexão e análise sobre esta emigração. Marques *et al* (2019) argumentam que o volume e o processo de reconfiguração pelo qual este movimento está a passar, mesmo que lentamente, recomenda uma maior atenção.

2.2. A emigração francesa para Portugal

Embora proporcionalmente inferior ao número de portugueses em França, o número de franceses em Portugal aumentou expressivamente desde 1975. Segundo as

estatísticas apresentadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), encarregado da imigração, em 2020 os nacionais franceses que chegaram a Portugal representaram o 7º fluxo a entrar no território nacional (cerca de 4.072 pessoas). Com um total de 24.935 pessoas e um aumento de 7,8% em relação a 2019, a França é a 8ª comunidade estrangeira mais importante do país (La France au Portugal, 2022).

Estes números confirmam o particular impacto dos fatores de atratividade apontados em anos, como a perceção de Portugal como país seguro, bem como as vantagens fiscais decorrentes do regime para o residente não habitual. Eles também são resultado, como em outros países da Europa Ocidental, da abertura de Portugal e do seu desenvolvimento económico nas últimas décadas. Um outro fenómeno que explica o número elevado de franceses em Portugal é o chamado “*retour au pays*”, ou regresso ao país, de filhos de portugueses antes imigrantes em França nos anos de 1960 a 1975, e que, entretanto, adquiriram a nacionalidade francesa - sem perderem, contudo, a nacionalidade portuguesa (Lamy, 2000).

De acordo com Lamy (2000), a comunidade francesa em Portugal alterou-se consideravelmente até os anos 2000 do ponto de vista socioeconómico. Proporcionalmente, há menos executivos expatriados e mais jovens franceses de origem portuguesa. Para além, devido ao fenómeno do regresso ao país, a proporção de binacionais é elevada e aumenta mais rapidamente do que a dos “mono-nacionais”. É de se notar que os binacionais não são contados como franceses nas estatísticas portuguesas - nem como portugueses nas estatísticas francesas. Desta forma, podem ser explicadas as disparidades significativas entre os números da administração francesa e portuguesa relativamente ao número de franceses que vivem em Portugal - e de portugueses que vivem em França (Lamy, 2000).

A idade média dos franceses que vivem em Portugal está constantemente a diminuir, e nota-se que eles prezam muito mais pela mobilidade. Em particular, um grande número de binacionais viajam diversas vezes por ano entre França e Portugal para estadias que não são consideradas nem viagens de negócios nem turísticas. Trata-se frequentemente de pessoas que têm família em França e Portugal, que por vezes vivem entre os dois países, sem serem necessariamente conhecidas pelo consulado. Estes movimentos dizem respeito a várias dezenas de milhares de pessoas todos os anos (Lamy, 2000).

Estes números mostram que a comunidade francesa residente em Portugal sofreu uma profunda renovação. Esta nova população, mais numerosa do que a anterior, mais

jovem, mais "bicultural", está a crescer de forma constante. As suas características são, portanto, diferentes das da comunidade francesa em Portugal de anos atrás (Lamy, 2000).

2.3. Destaques da relação Portugal-França

Dado o contexto histórico geral da emigração portuguesa em França, importa destacar alguns pontos chave da relação diplomática luso-francesa. No início dos anos 1960, durante o Estado Novo em Portugal e após o estabelecimento da Quinta República em França, tendo como protagonista o general Charles de Gaulle, o país passava por um período de crise institucional agravada. Tentativas de reforma constitucional eram rebatidas com questões partidárias e com o agravamento do conflito francês na Argélia. Na Assembleia Nacional de França, grupos heterogêneos eram predominantes durante este período, impedindo um regime de governo estável que pudesse contar com o apoio de uma maioria política. Para além, a situação económica estava longe de ser ideal; e a situação grave na Argélia fazia com que as elites militares rejeitassem qualquer tipo de negociação apaziguadora (Cabral, 2011).

Apesar desde cenário caótico de instabilidade em França, as relações entre este país e Portugal passavam por um período de “evidente cumplicidade”. Os dois possuíam ainda colónias em África, e naquele momento, passavam pelas mesmas questões relacionadas à descolonização no continente. Dessa forma, tornou-se evidente a conivência nas decisões que ambos os países tomavam na ONU. França, mais especificamente, era alvo de ataques na organização internacional por parte de novas adesões de países “em desenvolvimento”, que acusavam esta potência europeia de imperialismo. Esta situação fazia com que aliados como os Estados Unidos e a Inglaterra retirassem apoio político de França em diversas questões estratégicas. O conflito na Argélia, novamente, foi objeto de várias censuras na ONU, que pregava pelo direito à autodeterminação dos povos dominados (Cabral, 2011).

A relação de solidariedade entre Portugal e França devido à semelhança dos seus problemas ultramar foi evidenciada pelo apoio dado por Portugal durante dos ataques da ONU. O oposto se pode observar também quando França, em conjunto com a Bélgica, apoiou Portugal perante solicitação da ONU para que disponibilizasse dados sobre os territórios que administrava. Este apoio foi essencial para que Portugal continuasse a recusar a transmitir as informações à ONU (Cabral, 2011).

Durante os anos de 1961 a 1963, foram aprovadas diversas resoluções do Conselho de Segurança na ONU que procuravam “impedir que os direitos humanos continuassem a ser violados em Angola” e em outros territórios aos quais Portugal detinha controle colonial. Nas votações dessas resoluções no Conselho, a França – e também o Reino Unido – eram dos poucos países que ainda apoiavam Portugal na sua luta colonizadora (tanto ao votar contra, quanto ao se absterem durante as votações), visto que estes países também partilhavam do mesmo ideal imperialista ainda presente neste período (Silva, 1995).

O ano de 1964 foi extremamente importante para o contínuo alinhamento de posições entre Portugal e França. Estabeleceram-se dois importantes acordos entre os países: o Acordo das facilidades nos Açores e o Contrato de financiamento e construção de oito unidades marítimas para a Marinha portuguesa. Portugal buscava fugir do isolamento tradicional causado pelas questões coloniais em África e via em França um poderoso aliado militar e político (Cabral, 2011).

Na década de 1970, entretanto, aquando da renovação do Acordo dos Açores, a conjuntura política era diferente. Charles de Gaulle já não era Presidente da República Francesa, e Salazar já não era Presidente do Conselho do Governo Português. Estas mudanças acabaram por ter maior impacto na política externa francesa, visto que com relação à política externa portuguesa, Marcelo Caetano manteve a estratégia de Salazar, defendendo a manutenção das colónias em África, e Georges Pompidou, por outro lado, pretendia reestruturar a política externa francesa, passando a ter agora uma maior aproximação às ex-colónias francesas (Cabral, 2011).

A partir de 1974, após o 25 de Abril, a conjuntura política, económica e social portuguesa foram alteradas drasticamente. A guerra colonial havia terminado e o acordo com França precisava ser revisto, pois já não se justificavam apoios militares a Portugal em troca de acesso estratégico aos Açores. Pensava-se em como alargar as contrapartidas francesas a outros domínios e fazer com que o Acordo ainda fosse benéfico a Portugal. Dentre estes domínios, estavam o apoio ao desenvolvimento de atividades económicas e a cooperação científica, visto que Portugal e França já haviam assinado diversos convénios de cooperação nesta área (Cabral, 2011).

Já em meados da década de 1980, nomeadamente em 1986, Portugal se tornou membro da Comunidade Europeia, numa altura em que o continente europeu ainda enfrentava a Guerra Fria e o chamado “europessimismo”, após duas crises energéticas graves. Este momento, por outro lado, marca para Portugal o fim do período de incerteza

sobre sua posição na política internacional, condição já mencionada anteriormente. Agora, o país comprometia-se com a opção europeia, e vivenciava o início de um período estável de desenvolvimento e crescimento, modernizando sua economia e sociedade (Teixeira, 2006).

Nessa altura, a antiga Comunidade Europeia, com o alargamento à Europa do Sul e o Ato Único Europeu, aprofunda-se e consegue projeção internacional. Ao mesmo tempo, as mudanças políticas no seio da União Soviética sinalizam o fim da Guerra Fria e a unificação da Alemanha. Essa alteração dos *status quo* estratégico europeu reflete diretamente na “construção europeia”, nomeadamente com o Tratado de Maastricht, a fundação da União Europeia (UE), a criação da moeda única e a institucionalização da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) (Teixeira, 2006).

Portugal e França, a partir deste momento histórico de unificação europeia, viam ultrapassada a divisão em “duas europas”, que separavam política e socialmente França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo de um lado, e o restante do continente europeu de outro, e passam a aprofundar as relações bilaterais e o alinhamento nas questões relacionadas à União Europeia e à Aliança Atlântica (Gaspar, 2000).

Em 1998, em Saint Malo, durante Cimeira Bilateral, França avançou, junto ao Reino Unido, um conjunto de propostas de defesa autónoma da UE, em articulação operacional com a Aliança Atlântica. Essa orientação, apoiada por Portugal nas sucessivas reuniões do Conselho da União Europeia até dezembro de 2000, aquando do Tratado de Nice, pode ser vista como um aumento da autonomia de segurança e defesa europeia, sem alterar o quadro da comunidade transatlântica. O Tratado de Nice cria, assim, a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (Teixeira, 2006).

Atualmente, no contexto da União Europeia, Portugal e França partilham a mesma visão sobre a Europa e sobre as Relações Internacionais. Governos recentes, como o de Emmanuel Macron em França e António Costa em Portugal, defendem uma Europa unida, e focam em assuntos específicos como a segurança, a defesa e o desemprego. De acordo com Soares (2018), a visão partilhada por ambos os chefes de governo defende uma União Europeia “focada na reforma da União Económica e Monetária na estabilização da zona euro, bem como o combate à concorrência desleal, ao dumping social e na reforma comercial” (Soares, 2018, p. 8).

Os discursos dos dois países nos últimos anos defendem que uma Europa mais unida é uma Europa mais forte, e que esta deve ser cada vez mais justa através da adoção

de valores sociais intrínsecos aos países desse bloco. Foca-se também nas políticas de livre circulação dos trabalhadores, sabendo que, como visto anteriormente, os portugueses trabalhadores em França estão em maior número que os franceses em Portugal (Soares, 2018).

2.4. França país observador da CPLP

Durante a Conferência de Chefes de Estado e Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 17 e 18 de julho de 2018, na cidade de Santa Maria em Cabo Verde, a França obteve o estatuto de Estado observador associado da organização internacional.

De acordo com a Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP à República Francesa, os países-membro da organização decidiram atribuir a categoria de observador associado:

[...] considerando o compromisso assumido pela República Francesa na partilha dos princípios e objetivos da CPLP e o interesse demonstrado no estabelecimento de uma parceria no âmbito da concertação político-diplomática, nos diversos domínios de cooperação e na promoção e difusão da Língua Portuguesa (Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP à República Francesa, 2018, p. 1).

Fundada em 1996, a CPLP reúne 9 Estados-membros (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé-e-Príncipe e Timor-Oriental) assim como uma dezena de Estados observadores associados.

De acordo com a Embaixada de França em Portugal, aquando da decisão de 2018, a participação da França como observador associado inscreve-se no “prolongamento dos laços estreitos e intensos que unem a França ao mundo lusófono em diversos continentes”. Ressalta também que a França mantém presença em cada um dos nove Estados-membros da organização, “que possibilita o enriquecimento das nossas relações político-diplomáticas, culturais e económicas” (La France au Portugal, 2018).

Para além, a Embaixada francesa infere que o grande volume de lusodescendentes no território francês “mantém viva a cultura lusófona e verão nesta adesão o reconhecimento da sua ação”. A França é o país que conta com o maior número de

lusófonos na Europa depois de Portugal. Através da adesão à CPLP na qualidade de Estado observador associado, “a França pretende reforçar as relações com os Estados-membros da Comunidade, designadamente a promoção do plurilinguismo e da diversidade cultural” (La France au Portugal, 2018).

O interesse de França em participar como observador das reuniões da CPLP, e o facto de a organização ter decidido aceitar tal pedido, mostram a importância da relação entre França e os países de língua portuguesa, principalmente Portugal que, junto ao Brasil, possui uma enorme comunidade lusófona no país. O facto desta adesão à CPLP como observador ter sido concretizada em 2018 mostra que há um renovado interesse de França com relação aos países de língua portuguesa.

2.5. A Embaixada de Portugal em Paris

Tendo em conta as relações históricas entre Portugal e França mencionadas nas seções anteriores, cumpre definir alguns pontos centrais para a caracterização da Embaixada de Portugal em Paris, como a sua estrutura física e composição de delegações e organizações nela presentes.

2.5.1. Estrutura da Embaixada de Portugal em Paris

A Embaixada situa-se no “*seizième arrondissement*” de Paris, bairro da alta burguesia parisiense, e onde existem igualmente outras Embaixadas e Residências oficiais. O Governo português comprou o edifício que hoje abriga a Embaixada por iniciativa do então Ministro Plenipotenciário Armando Gama Ochôa, em 1936. Entretanto, durante a Segunda Guerra Mundial, foi preciso abandonar o imóvel antes da invasão de Paris em 1940. Após sua recuperação em 1945, os estragos causados pelos conflitos da ocupação nazista foram enormes. O arquiteto Raul Lino foi então enviado a Paris no ano seguinte para restaurar a Residência. Em 1958, Portugal comprou a casa contígua, o que permitiu alargar e assim concentrar diversos serviços da Embaixada (Nunes *et al*, 2006).

Os chefes de missão de uma Embaixada são definidos no artigo 14.º da Convenção sobre Relações Diplomáticas de Viena (1961):

- a) Embaixadores ou núncios acreditados perante Chefes de Estado e outros chefes de missão de categoria equivalente;
- b) Enviados, ministros ou internúncios acreditados perante Chefes de Estado;
- c) Encarregado de negócios acreditados perante Ministros dos Negócios Estrangeiros (Convenção sobre Relações Diplomáticas, 1961, art 14 °).

No momento da realização do estágio, a Embaixada de Portugal em Paris contava com 5 diplomatas em função: o Senhor Embaixador Jorge Torres Pereira, o Senhor Ministro-Conselheiro Frederico Nascimento, a Conselheira Política Ana Paula Menezes Cordeiro, e o Conselheiro para Assuntos Europeus Álvaro Ribeiro Esteves. Também exerciam funções na Embaixada o Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna, Luis Farinha, o Conselheiro Cultural João Pinharanda, e o Conselheiro Económico e Comercial Eduardo Henriques, que também é o Delegado AICEP para França.

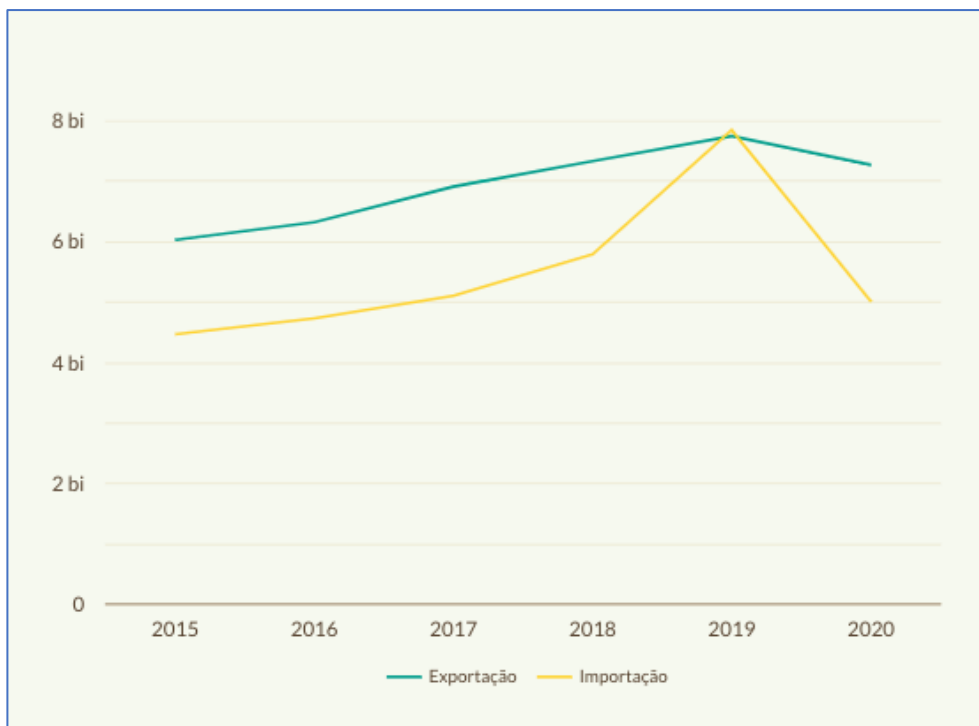
2.5.2 Relações económicas com Portugal

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) possui um escritório em Paris na Residência da Embaixada, ao lado do escritório do Turismo de Portugal. O Delegado responsável pelo país é também o Conselheiro Económico e Comercial da Embaixada, Eduardo Henriques.

Segundo dados do INE, França foi o segundo cliente das exportações portuguesas de bens em 2020, com uma quota de 13,5% no total, ocupando a 3ª posição ao nível das importações (7,4%). Refere-se que, no período de 2016 a 2020, verificou-se um crescimento médio anual das exportações de 3,7%, e nas importações, de 5,2%. Com relação à balança comercial de bens, em 2020 ela foi favorável a Portugal, tendo apresentado um excedente de 2.257 milhões de euros em 2020 (My AICEP, 2021).

De acordo com a AICEP, tanto nas exportações quanto nas importações, destacam-se comércio de “Veículos” e “Outro Material de Transporte” - 19,8% do total para as exportações, e 28,3% para as importações (My AICEP, 2021).

Gráfico1: Balança comercial de França com relação a Portugal



Fonte: INE 2020

A AICEP ainda refere no seu sítio eletrónico que a França é um parceiro económico de grande relevância para Portugal, e que, apesar de ser fundamental apostar em “produtos de qualidade e altamente diferenciados” para fazer face à forte concorrência francesa, o país continua a apresentar oportunidades de negócio em diversos setores de atividade (My AICEP, 2021).

2.5.3 Turismo de Portugal em França

O Turismo de Portugal é representado em Paris pelo Diretor do Turismo de Portugal em França e Luxemburgo, Jean-Pierre Pinheiro, e o escritório situa-se também na Residência da Embaixada. Dessa forma, nota-se que existe uma colaboração próxima entre a Embaixada e seu corpo diplomático, a AICEP e o Turismo de Portugal.

De acordo com o sítio eletrónico do Turismo de Portugal, a equipa em Paris desenvolve “um conjunto de atividades de abordagem do trade, imprensa e líderes de opinião, para a promoção do destino Portugal e apoio à ação comercial das empresas turísticas portuguesas” (Turismo de Portugal, 2021). Em constante colaboração com a

AICEP, o Turismo utiliza muitas vezes da cultura portuguesa como um dos maiores atrativos para receber turistas no país.

Dados recentes do Turismo de Portugal indicam que cerca de 73% dos franceses partem de férias, e dos que partem, 68% ficam no território francês e 32% deslocam-se ao estrangeiro. Neste contexto, Portugal encontra-se entre os 10 destinos preferidos dos franceses, que também inclui: Espanha, Itália, Reino Unido, Alemanha, Estados- Unidos, Grécia, Marrocos, Bélgica e Antilhas Francesas. Refere-se que Portugal alcançou, nos últimos anos, o 4º lugar nesta lista. Do ponto de vista português, entraram no país cerca de 3.2 milhões de turistas franceses, um crescimento de 150% em 10 anos. Os turistas franceses visitam, na sua maioria, Lisboa e região (38%) e o Porto e Norte de Portugal (21%) (Turismo de Portugal, 2021).

Uma pesquisa da empresa de turismo eDreams mostrou que no verão de 2020, os viajantes provenientes de França (36%) foram os que mais procuraram Portugal. Depois, seguem os turistas alemães, com cerca de 13%, e ainda os suíços, com 10%. O grande número de turistas franceses em Portugal é também indicativo de que este é um país que atrai estas pessoas interessadas pela literatura, a gastronomia, património e artes visuais portuguesas, visto que a França é um dos países que mais investe em divulgação e ensino de cultura (Turistas franceses são quem mais procura Portugal este verão, diz estudo, 2022).

2.5.4 Centro Cultural Português/Camões I.P.

Para além dos centros económico (AICEP) e turístico (Turismo de Portugal), em Paris há também uma forte presença do Camões, Instituto de Cooperação e da Língua I.P, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do Centro Cultural Português (CCP) em Paris. Criado em 1995 por uma iniciativa conjunta dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, o centro abriga também a Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro (CEPE-França) e tem como prioridades dois eixos de atuação: o ensino do Português Língua Estrangeira e Língua de Comunicação Internacional e atividades de Promoção da Cultura Portuguesa em França (Camões, I.P., 2016b).

O Centro Cultural Português, é na maioria das vezes dirigido pelo conselheiro cultural da Embaixada, que no período do estágio realizado, era o Conselheiro João Pinharanda. Dentre as funções do Centro, também estão organizar e apoiar uma programação regular em colaboração com outros parceiros em França, como Bibliotecas,

Cinemas, Teatros, Editoras, Universidades, ou outras instituições francesas e organizações e associações da comunidade lusófona (Camões, I.P., 2016b).

Capítulo 3: Descrição das atividades realizadas durante o estágio

As principais atividades que me foram designadas durante o estágio curricular na Embaixada de Portugal em Paris foram descritas no protocolo do Programa de Estágio Curricular do Ministério dos Negócios Estrangeiros (PECMNE). Foram elas:

- Produzir relatórios sobre política interna, europeia e económica, procurando informar e confirmar dados junto a várias fontes.
- Participar em conferências, seminários e reuniões internacionais, principalmente aquelas realizadas presencialmente na Embaixada, durante a Presidência Portuguesa da União Europeia.
- Auxiliar o Conselheiro Cultural da Embaixada na preparação da Temporada Portugal-França 2022, acompanhando reuniões do Comité Organizativo Bilateral e dos parceiros culturais, com a parte francesa e com a parte portuguesa, elaborando as respetivas atas, assim como documentos e relatórios de vária índole.
- Elaborar relatórios de briefings – em especial da área económica e da agricultura.
- Encarregar-se da comunicação com a imprensa e da gestão das redes sociais.

Durante os meses de outubro de 2021 e abril de 2022, ainda que em sua maioria em regime virtual, por conta da pandemia do coronavírus, participei de diversos eventos organizados tanto pela Embaixada quanto pelos vários grupos de estudo e organizações europeias. Dentre as temáticas mais presentes, em conferências que promovem o debate no âmbito europeu, estiveram o desenvolvimento sustentável, o futuro da União Europeia, a energia nuclear e as relações diplomáticas e comerciais entre o ocidente e a China.

Em janeiro de 2022, deu-se início à Presidência Portuguesa da União Europeia (PPUE), o que proporcionou, junto à relativa flexibilização de medidas sanitárias de distanciamento social, a realização de diversos eventos nos salões da Embaixada, para além dos *briefings* telefónicos que se realizam normalmente antes de cada reunião de Ministros da União Europeia.

A atividade mais frequente realizada durante o estágio curricular, entretanto, foi a participação na organização da Temporada Portugal-França 2022, preparando reuniões e

organizando Comitês junto do Conselheiro Cultural da Embaixada de Portugal em Paris, João Pinharanda.

3.1. Temporada Portugal-França 2022

As Temporadas Cruzadas (*Saisons Croisées*) são uma iniciativa do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Cultura, voltada para a Ação Cultural Exterior da França, que têm como operador o *Institut Français*, encarregado de organizar as Temporadas com diversos países pela parte francesa. A parceria com Portugal realizar-se-á entre fevereiro e outubro de 2022, e foi acordada entre o Presidente da República francesa e o Primeiro-Ministro português, António Costa, aquando da visita oficial de Emmanuel Macron a Lisboa em julho de 2018 (Saison France-Portugal 2022: “Le sentiment océanique,” 2021).

De acordo com o *Institut Français*, as Temporadas e Anos cruzados, que já são desenvolvidos desde 1985, levaram a França a dialogar com mais de 100 países, e são considerados um exercício de sucesso de Diplomacia Cultural bilateral. As decisões referentes à realização de uma Temporada dependem das instâncias superiores de poder, e o modelo de patrocínio é misto, com o Estado custeando instituições intermediárias para implementar projetos culturais, e podendo contar também com mecenas especificamente para uma ou outra Temporada.

Na Temporada Portugal-França, todas as decisões são tomadas conjuntamente por Portugal e pela França através de um diálogo entre os Comissariados das duas partes. Cada Comissariado é composto por um Comissário, responsável pela programação da Temporada e respetiva linha editorial, e por peritos nas diferentes disciplinas abrangidas pela Temporada (artes cénicas, música, indústrias culturais e criativas, artes visuais, cinema, educação, livro, debates, moda, design, investigação, cooperação universitária, desporto, economia, gastronomia) e em comunicação.

Com o apoio destas respetivas equipas, os Comissários são responsáveis conjuntamente pela programação dos dois países, acompanhando os projetos a fim de promover as co-produções a longo prazo entre os dois países, e decidindo a programação, a concessão do selo da Temporada aos projetos, a afetação dos meios financeiros, a comunicação, etc. no quadro dos Comitês Organizativos Bilaterais (COB).

O COB reúne-se regularmente - a cada 3 ou 4 meses - alternativamente em Portugal e em França (nas condições sanitárias do período de estágio, estas reuniões se deram virtualmente). Durante uma semana, são realizadas reuniões técnicas com os

Comissariados e operadores dos dois países, os Ministérios de tutela, bem como com os restantes Ministérios envolvidos. É neste contexto que são analisados os projetos que fazem pedidos de concessão de selo, a evolução da programação, os prazos a definir, as agendas políticas, o financiamento dos projetos, ou ainda a estratégia de comunicação em Portugal e em França.

Esta Temporada Cruzada estabelecerá simbolicamente a ligação entre a presidência rotativa da União Europeia exercida por Portugal no 1º semestre de 2021 e pela França no 1º semestre de 2022, e permitirá realçar a proximidade e amizade que unem os dois países, representados principalmente pela presença em França de uma importante comunidade luso-descendente e em Portugal por um número crescente de cidadãos franceses.

De acordo com o texto de apresentação:

“A Temporada procurará valorizar o talento dos nossos artistas, pensadores, cientistas e empresários na perspectiva de reforçar, ou mesmo renovar, as bases da nossa cooperação em domínios prioritários para a juventude dos dois países: defesa do ambiente, energias renováveis, economia responsável, urbanismo limitado, agriculturas alternativas... com o objetivo de provar que juntos estamos melhor preparados para inventar soluções para os desafios do nosso tempo” (Saison France-Portugal 2022: “Le sentiment océanique,” 2021).

Entre os temas centrais da Temporada, encontram-se a Europa (de cultura e de integração), a juventude, os valores de inclusão, de paridade e de igualdade, as línguas portuguesa e francesa e a importância dos oceanos. Estes eixos serão traduzidos em projetos concretos no âmbito das artes visuais, performativas, música clássica, ciência e investigação, e também sob o prisma das novas tecnologias e indústrias culturais e criativas.

Importa ressaltar que, no estado de urgência ecológica atual, os dois países partilham o ponto de vista de que a construção do futuro passa necessariamente pela valorização dos oceanos. Assim, durante a Temporada, será concedido um destaque especial à investigação e às ciências, nomeadamente à temática das florestas e dos oceanos, e um Fórum sobre os Oceanos será organizado nos dois países, e reunirá autoridades políticas e especialistas.

Durante o estágio, pude auxiliar diretamente o então Comissário para a parte portuguesa, João Pinharanda, visto que este exercia funções de Conselheiro Cultural na

Embaixada. Dentre minhas principais incumbências estavam a constante atualização da agenda, planeamento de reuniões entre organizações parceiras francesas e portuguesas, promotoras de potenciais projetos para a Temporada, coleta e armazenamento de dados e participação nestas reuniões.

Os eventos mais marcantes no contexto da organização da Temporada Portugal-França 2022 na Embaixada foram os dois Comitês de Organização Bilateral que tiveram lugar virtualmente em dezembro de 2020 e março de 2021. O evento de dezembro contou com a presença das Ministras da Cultura de Portugal e França, Graça Fonseca e Roselyne Bachelot-Narquin, do Presidente do Camões I.P. João Ribeiro de Almeida, e do nosso Embaixador em França Jorge Torres Pereira.

Nestas ocasiões, tive a oportunidade de co-redigir as respetivas atas, traduzindo o conteúdo do francês para português e trabalhando diretamente com o Comissário para afinar detalhes daquilo que havia sido discutido durante o Comité. Imediatamente após estes eventos, trabalhei no processo de notificação das entidades promotoras sobre a concessão ou não do selo da Temporada aos seus projetos - inscritos numa plataforma de candidatura online do *Institut Français*. Também os notifiquei, posteriormente, sobre a possibilidade e o montante de financiamento que foi acordado durante o Comité ao evento por eles promovido. Este trabalho envolveu dois momentos de dedicação constante à recolha e análise de dados da plataforma online, e de tratamento de informação e coordenação com os organizadores da Temporada, principalmente com o Comissário português, o que foi extremamente desafiador.

Pude perceber, a partir da participação interna na organização da Temporada, que o trabalho realizado, tanto por parte de Portugal quanto de França, envolvia uma preocupação constante com a imagem a ser projetada no outro país. Nos documentos internos de comunicação, ressalta-se a necessidade de, pelo lado francês: alterar a imagem estereotipada da França e assegurar que seja transmitida uma imagem dinâmica/moderna; alcançar os jovens, abordando questões relevantes como clima e desenvolvimento sustentável, realçando o dinamismo da França nestes temas e a convergência de pontos de vista com Portugal; projetar uma imagem de abertura intelectual, tolerância, inclusão e igualdade, particularmente destacando as mulheres; e, no contexto da Presidência Francesa da União Europeia, destacar a qualidade da relação bilateral e a convergência de pontos de vista políticos sobre a construção da Europa e os grandes desafios do século XXI.

Já pelo lado português, foca-se em: projetar imagem de um país que se reinventou nos últimos 10 anos e que ao mesmo tempo valoriza a sua tradição; alcançar a comunidade lusodescendente transmitindo a ideia de inovação tecnológica e empresarial, valorizando não apenas artistas e criadores consolidados mas sobretudo as novas abordagens; promover a cultura, património e diversidade das regiões de Portugal, mostrando que integra questões de sustentabilidade ambiental nos seus projetos, políticas e estratégias.

Dessa forma, pode-se referir que a Temporada Cruzada é uma excelente ferramenta de *soft power* para dar a conhecer e aumentar a visibilidade de Portugal na França, e de França em Portugal, utilizando da Diplomacia Cultural e levada a cabo principalmente pela Embaixada de Portugal em Paris, visto que o seu Conselheiro Cultural era, até então, Comissário da iniciativa luso-francesa.

3.2. Presidência Portuguesa da União Europeia

Para além da organização da Temporada Portugal-França 2022, a partir de janeiro de 2021, pude participar, à nível interno da Embaixada, de diversos eventos e discussões promovidas por Portugal em França no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia (PPUE).

Refere-se que a Presidência do Conselho da UE é exercida pelos Estados Membros da União Europeia, por períodos de seis meses, em regime rotativo. Sob o lema “Tempo de Agir: por uma recuperação justa, verde e digital”, Portugal assumiu sua Presidência com três grandes prioridades para a União Europeia:

“Promover uma recuperação alavancada pelas transições climática e digital; concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais da União Europeia como elemento diferenciador e essencial para assegurar uma transição climática e digital justa e inclusiva; e reforçar a autonomia de uma Europa que se deve manter aberta ao mundo, assumir liderança na ação climática e promover uma transformação digital ao serviço das pessoas” (EU2021PT, 2021b).

O contexto sanitário conturbado no período da PPUE fez com que fossem priorizadas ações de enfrentamento a desafios socioeconómicos difíceis e importantes para a UE, com o objetivo de construir um novo ciclo na Europa (EU2021PT, 2021b).

Dentre outras prioridades estiveram a implementação do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027 e do Instrumento Próxima Geração UE (*Next Generation EU*), que integram um conjunto de instrumentos financeiros inovadores que visava apoiar a retoma da Europa, designadamente através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. A aprovação e a execução dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência foram também prioritárias (EU2021PT, 2021b).

A promoção da defesa de valores fundamentais, como a consolidação do Estado de direito, o combate a todas as formas de discriminação, o pluralismo dos médias e o combate à desinformação são outras frentes importantes ressaltadas no Portal da Presidência. No campo da inovação, a PPUE focou em garantir que a dupla transição, climática e digital, se realizasse de forma inclusiva e “sem deixar ninguém para trás”, tendo em conta a dimensão social da pandemia. No âmbito sanitário, a criação de uma União Europeia da Saúde foi apoiada por Portugal visando fortalecer a capacidade de resposta a crises de saúde pública e de produção e distribuição de vacinas seguras, dentro e fora da Europa (EU2021PT, 2021b).

No que concerne a ação externa, a PPUE buscou investir no reforço do multilateralismo e na consolidação da União Europeia como ator global, “cujo protagonismo é necessário em todas as áreas e temas da agenda internacional”. A Presidência Portuguesa deu também particular atenção aos países da vizinhança, às relações da União Europeia com África e com a América Latina. Também buscou renovar as relações com os Estados Unidos após a vitória de Joe Biden para a Presidência (EU2021PT, 2021b).

De acordo com o Portal da Presidência, para garantir a continuidade destas e outras prioridades durante as Presidências do Conselho da UE, foi instituído pelo Tratado de Lisboa em 2009 um sistema de “trio”, composto por três Estados-Membros que trabalham alinhados. O trio estipula os objetivos a médio prazo e organiza uma agenda comum de temas e prioridades para o Conselho ao longo de 18 meses. É com base neste programa alargado que cada país prepara o seu próprio programa semestral mais detalhado. Portugal faz parte do trio: Alemanha (segundo semestre de 2020), Portugal (primeiro semestre de 2021) e Eslovénia (segundo semestre de 2021) (EU2021PT, 2021a).

Neste contexto, durante o estágio na Embaixada, uma das tarefas mais recorrentes era participar em *briefings* dos mais variados assuntos, desde política agrícola a pacotes económicos. Com durações variadas, de cerca de 20 minutos a uma hora, os *briefings* são

esclarecimentos internos (por via telefónica no contexto da COVID19), dados por integrantes de gabinetes ministeriais franceses, sobre a posição de políticos antes de reuniões importantes à nível Ministerial Europeu. No contexto da PPUE, estas chamadas telefónicas contavam, na sua maioria, com intervenções pontuais dos diplomatas portugueses.

Dentre os importantes eventos que ocorreram presencialmente nos salões da Embaixada, nos quais estive presente e auxiliei na organização, e que contaram com a participação do Embaixador Jorge Torres Pereira e dos demais Embaixadores da União Europeia, destacam-se:

- 11 de janeiro: “*Coup d’envoi de la PPUE21*”. Evento de lançamento da PPUE, que contou com a participação de Rym Montaz, correspondente do Político em Paris; de Enrico Letta, Presidente da Paris School of International Affairs (PSIA), da Sciences Po; de Enrico Martinez, CEO da FNAC-Darty, e do Embaixador François Delattre, Secretário Geral do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros.
- 15 de janeiro: a Embaixada recebe o Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros de França, Jean-Yves Le Drian.
- 25 de janeiro: a Embaixada recebe o Embaixador francês para as Migrações, Pascal Teixeira da Silva, em antevisão do Conselho informal de Ministros da Administração Interna.
- 8 de fevereiro: a Embaixada recebe Clément Beaune, Secretário de Estado dos Assuntos Europeus. Na ocasião, o Embaixador lembrou que a Presidência portuguesa trabalhou lado a lado com França para construir uma Europa mais resiliente, mais verde e com níveis altos de proteção social.
- 5 de março: a Embaixada recebe a Ministra francesa da Defesa, Florence Parly. A Ministra Florence Parly saudou as prioridades da PPUE e referiu a importância de estreitar os laços com os EUA, ao mesmo tempo que a UE reforça a sua autonomia estratégica e, assim, o pilar europeu da NATO. Notou, ainda, os progressos alcançados no combate ao terrorismo, em especial na região do Sahel.

- 23 de março: a Embaixada recebe o Ministro da Saúde francês, Olivier Véran. O Ministro afirmou que a crise sanitária poderá aproximar os cidadãos europeus, e saudou a cumplicidade entre Ministros da Saúde durante este período. Mencionou também a criação de uma “Europa da Saúde”, que representaria uma oportunidade para reforçar os mecanismos da segurança sanitária. Congratulou-se também com a recente adoção do plano de ação para a implementação do pilar europeu dos Direitos Sociais.

Nos eventos realizados por videoconferência, destacam-se:

- 16 de fevereiro: videoconferência organizada pelo IRCE, onde participou o Embaixador Jorge Torres Pereira, juntamente com o Embaixador da Alemanha em França, durante a qual foram discutidos os avanços realizados pela Presidência alemã do Conselho da UE e os objetivos principais a que se propunha a Presidência Portuguesa. O Embaixador Torres Pereira sublinhou a importância da vacinação simultânea nos 27 Estados-Membros e a aplicação do Plano de Recuperação económica.
- 11 de março: reunião sobre o Indo-Pacífico, organizada pela PPUE em Paris e dirigida às Embaixadas da União Europeia em França. *Briefing* foi efetuado pelo Embaixador Christophe Penot, *Ambassadeur chargé de l'Indo-Pacifique* e Bertrand Lortholary, Diretor Asia e Oceania do Quai d’Orsay. Participou Conselheira Política Ana Menezes Cordeiro.
- 13 de abril: “*Green Talks*”. Em preparação para o "Fórum de Alto Nível UE-África sobre Investimento Verde", que teve lugar em Lisboa a 23 de abril, a Embaixada de Portugal em Paris organizou as "*Green Talks*" com a participação do Secretário de Estado francês para os Assuntos Europeus, Clément Beaune, e da Secretária de Estado portuguesa para os Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias, onde foi discutida a questão da transição verde na UE e particularmente em África. Também no painel estiveram o Chefe do Banco Europeu de Investimentos em Paris, Grégoire Chauvière Le Drian, a CEO da Engie, Claire Waysand, e o Fundador do *Cercle des Economistes*, Jean-Hervé Lorenzi. No

evento, discutiu-se a importância da implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e do Acordo de Paris no contexto atual e no pós-pandemia.

3.3. Outros eventos e reuniões

Para além de eventos nos âmbitos da Temporada Cruzada e da Presidência Portuguesa da União Europeia, outros eventos, palestras e grupos de estudo virtuais foram também importantes durante o estágio. A referir:

- 29 de janeiro: reunião virtual do Embaixador Jorge Torres Pereira com os Cônsules e Cônsules Honorários de Portugal em França. Videoconferência teve por agenda a avaliação do impacto do Covid-19 no funcionamento dos postos consulares, bem como a realização, em território francês, da mais recente votação para as eleições presidenciais. Foram apresentadas também as prioridades da economia, do turismo, da cultura, e do ensino do português em França.
- 11 de março: o Embaixador Jorge Torres Pereira co-presidiu, a par de Florence Mangin, Embaixadora de França em Portugal, a sessão de instalação do grupo de trabalho da *Association Française du Conseil des Communes et Régions d'Europe* (AFCCRE) para as relações franco-portuguesas. Fizeram-se representar quatro dezenas de órgãos locais, associações e organizações francesas. Nesta ocasião, Victoire Di Rosa, Comissária francesa da Temporada Cruzada, apresentou a extensão do evento.
- 30 de março: webinar “Diplomacia Científica – Um diálogo entre stakeholders”, organizado pela Associação de Graduados Portugueses em França (AGRAFr), em colaboração com a France Alumni. Contou com a presença da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Berta Nunes, que sublinhou a importância de reforçar redes de profissionais, investigadores e estudantes portugueses no estrangeiro e de dinamizar as associações de graduados e pós-graduados da diáspora, com vista a colaborarem entre si, em articulação com as Embaixadas e consulados portugueses, e com as várias Instituições de ensino superior e investigação em Portugal.

3.4. Recolha e tratamento de informação

Durante a frequência do estágio, realizei várias pesquisas com o objetivo de apoiar a ação da Embaixada e ajudar na prossecução dos seus objetivos. Esta tarefa envolveu a pesquisa, análise e seleção de conteúdos de várias fontes de informação. Em uma frequência quase diária, auxiliei na formulação de telegramas que são endereçados à Lisboa e aos mais diversos postos diplomáticos de Portugal.

No quadro da Temporada Portugal-França 2022, como referido anteriormente, recolhi informação sobre os projetos a serem realizados e as condensei de forma a melhor analisar e utilizá-las posteriormente. Particpei da escritura final das atas de cada Comité Organizativo Bilateral, para além de auxiliar durante as reuniões do Comité com elaboração de documentos das mais variadas índoles.

Foram também elaborados vários outros resumos, material útil aos diplomatas na elaboração de telegramas de maior importância, como os sobre as reuniões de Ministros da União Europeia no âmbito da PPUE, sobre atualidades francesas de relevância para o envio à Lisboa, principalmente sobre o contexto sanitário do coronavírus e sobre a relação de França com os países de África durante os conflitos na região do Sahel, e com o Grupo de Minsk durante os conflitos na região do Donbass. Para além, foram também elaborados materiais sobre os relatórios económicos do INSEE (*Institut national de la statistique et des études économiques*), reuniões virtuais do BIE (Bureau International d'Expositions), palestras e workshops organizados pelo Instituto Jacques Delors e os dos *briefings* telefónicos quase semanais realizados pelos Ministérios franceses das mais diversas áreas sobre as posições dos respetivos Ministros nas reuniões que levariam a cabo.

Conclusões

Antes de responder à pergunta orientadora deste estudo, importa aqui destacar os conhecimentos adquiridos durante o estágio na Embaixada de Portugal em Paris. Neste período, tive a oportunidade de aprofundar conhecimentos em várias áreas das Relações Internacionais, principalmente em questões relacionadas com a Diplomacia Cultural e as relações diplomáticas. O estágio permitiu-me conhecer melhor a situação política, social, económica e sanitária em França, bem como as relações bilaterais Portugal-França.

Outra das capacidades que desenvolvi foi a de efetuar contatos com Embaixadas, corpo diplomático e organizações internacionais, nomeadamente através da elaboração de notas e telegramas, assim como contatos mais diretos, presencialmente, nos vários eventos organizados pela Embaixada. O estágio permitiu-me igualmente conhecer melhor várias organizações, como o BIE, o Instituto Jacques Delors e a CPLP, e instituições portuguesas como a AICEP, Turismo de Portugal, entre outras muitas associações que participaram nos diversos eventos na Embaixada.

A recolha e tratamento da informação permitiram-me ter oportunidade de conhecer, debater e desenvolver espírito crítico relativamente a vários temas atuais, como as relações diplomáticas, comerciais e de investimento entre Portugal e a França, entre outros temas. O auxílio na organização de eventos institucionais, diplomáticos e culturais, bem como a preparação de apresentações, discursos e materiais, foi a aplicação prática da teoria que estive a recolher durante a realização do estágio.

A presença, a participação e a organização nos vários eventos e seminários deram-me oportunidade de vivenciar situações reais de trabalho, nas quais pude absorver informação e conhecimentos importantes para o presente estudo e para o meu futuro profissional. Gostaria de destacar o evento em que participou o Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros, Jean-Yves Le Drian, em que tive oportunidade de ouvi-lo falar das questões sanitárias urgentes no contexto da COVID-19, sublinhando a necessidade da Europa se unir em solidariedade aos países mais atingidos.

Um dos grandes pontos positivos deste estágio curricular foi a possibilidade de aplicar diretamente os conhecimentos adquiridos no Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, nomeadamente o uso da diplomacia, através dos inúmeros eventos organizados na Embaixada, sejam eles orientados para a política externa, política sanitária ou mesmo para a aplicação da diplomacia económica e cultural.

No âmbito das comunicações, na rotina diária da Embaixada, fiquei responsável por ser o ponto de contato com a imprensa lusófona em Paris e por receber os pedidos de entrevistas e reuniões de jornalistas franceses durante a PPUE. Dessa forma, adquiri conhecimentos em uma área distinta daquela em que me especializei, constituindo este um importante bônus do trabalho realizado durante o estágio.

Cumpre agora responder, partir do estudo efetuado ao longo do presente relatório, à pergunta central de investigação: ***Como Portugal promove a Diplomacia Cultural nas suas relações com a França, no quadro da Política Externa Portuguesa?*** A realização da breve análise sobre as relações históricas entre Portugal e França nas últimas décadas procurou identificar a importância de Portugal no fomento da cultura e da diplomacia entre os dois países. Com tal objetivo, o trabalho pretendia, mais concretamente, perceber de que maneira é que Portugal, e naturalmente a Embaixada portuguesa em Paris, atuam, no quadro da Política Externa Portuguesa, na difusão dos atributos culturais do país, promovendo assim a Diplomacia Cultural.

Por forma a sustentar teoricamente a investigação, adotou-se o conceito de Diplomacia Cultural no sentido de conectar nações e otimizar as Relações Internacionais. Da análise realizada resulta evidente que a promoção das relações Portugal-França, pela Embaixada, é feita através do uso de instrumentos de Diplomacia Política e Cultural. Com efeito, pode-se observar, com o auxílio do Centro Cultural Paris - Camões, do Turismo de Portugal e da AICEP, a Embaixada promove, através de inúmeras atividades, a expansão cultural de Portugal e da sua língua. Nos últimos dois anos, essa expansão com relação à França concretizou-se através deste importante evento denominado Temporada Portugal-França 2022, que teve seu processo de organização descrito ao longo do relatório.

Para perceber melhor os motivos do Presidente francês Emmanuel Macron ter escolhido e acordado diretamente com o Primeiro-Ministro português António Costa sobre a possibilidade de criação de uma Temporada Portugal-França que fosse verdadeiramente europeia, focada em assuntos de sustentabilidade, oceano, lusodescendência, igualdade de género e juventude, foi preciso analisar o contexto histórico recente de amizade e cumplicidade entre os dois países. A diáspora portuguesa e a manutenção constante de altos números de imigrantes em França desde 1960 mostram que os portugueses consideravam, e ainda consideram, França como um país de oportunidades, mesmo nos tempos atuais, onde vemos uma alteração profunda nas características destas populações, com um elevado nível de formação escolar e profissional, e cada vez mais jovens.

O mesmo pode ser dito das alterações de característica dos franceses em Portugal, que anteriormente eram executivos ou reformados com e hoje são formados em grande parte por “regressos” ao país de origem, filhos de imigrantes dos anos 1960 e 1970 e que mantêm as duas nacionalidades (binacionais). Igualmente mais jovens, estes franceses em Portugal prezam pela sua mobilidade, e muitas das vezes transitam entre França e Portugal várias vezes ao ano, demonstrando a criação de laços de proximidade, não somente entre esses grupos, mas alargando-se às populações dos dois países.

Para além, vimos que as relações político-diplomáticas entre Portugal e França mostram, a partir de 1960, uma constante cumplicidade e alinhamento dos dois países nas mais variadas questões. Destaca-se a atuação desses países na ONU durante o conturbado período colonial recente, onde a defesa da autodeterminação dos povos dominados fez Portugal e França se apoiarem diversas vezes durante investidas de outros países da ONU para aprovar resoluções “desfavoráveis” aos países que controlavam territórios ultramar.

Durante o estágio na Embaixada de Portugal em Paris, pude observar diretamente como o peso dessa relação é ainda sentido nas resoluções que são tomadas atualmente. Na maioria dos *briefings* sobre reuniões de Ministros da União Europeia, nos mais variados assuntos, pode-se observar que Portugal e França partilham diretrizes e concordam com grande parte das decisões tomadas tanto por um quanto por outro.

A Presidência Portuguesa da União Europeia veio mostrar que o país tem cada vez mais influência e voz em questões de segurança, economia e política externa no bloco. O alinhamento com França, que para alguns pode parecer automático, mostra ser, muitas vezes, o oposto. Portugal lidera discursos e promove ideais de defesa à sustentabilidade, aos oceanos e à integração da África no discurso europeu, para citar alguns exemplos observados durante o estágio.

Com a experiência que adquiri ao trabalhar diretamente na organização da Temporada Portugal-França, posso inferir que a relação entre os dois países é vista cada vez mais em condições de igualdade. Portugal lidera os discursos em questões como legislação referente aos direitos das mulheres, igualdade de género, respeito às minorias e políticas de sustentabilidade e inovação. França partilha ideais de solidariedade, políticas económicas e o máximo respeito à cultura. São dois países que se complementam e aprendem constantemente um com o outro. Pessoalmente, foi e continua a ser um privilégio poder participar de momentos tão importantes no centro dessas discussões.

Dessa forma, e para finalizar, gostaria de adicionar a este relatório o facto de que a Política Externa Portuguesa, no âmbito das dinâmicas regionais com França, e mais

especificamente no acordo em participar da Temporada Portugal-França 2022, está cada vez mais comprometida com os assuntos emergentes do século XXI, e partilha importantes propostas de solução para estas questões. O *soft power*, através da Diplomacia Cultural, destaca-se como importante ferramenta nesse contexto, pois a cultura é o foco central desta iniciativa luso-francesa, e é a partir dela que são discutidas e inseridas outras tantas áreas de atuação.

Bibliografia

- Baganha, M. I., & Peixoto, J. (1997). *Trends in the 90's: the portuguese migratory experience*. In M. I. Baganha (Ed.), *Immigration in Southern Europe* (pp. 15-40). Oeiras: Celta.
- Balzacq, T., Charillon, F., & Ramel, F. (2018). *Manuel de Diplomatie*. Paris: Les Presses de Sciences Po.
- Cabral, P. V. E. S. S. (2011). *O acordo Luso-Francês de 1964: A Base Francesa das Flores (1964-1977)*. Dissertação de Mestrado. Universidade dos Açores. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/4041/1/DissertMestradoPedroVascoEnesSoUSA Cabral2012.pdf> [Acesso em: 20 de janeiro de 2022].
- Camões, I.P. (2016a). *Camões no mundo*. [online]. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/onde-estamos/camoes-no-mundo> [Acesso em 5 de outubro de 2021].
- Camões, I.P. (2016b). *França*. [online] Available at: <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/investigacao/centros-culturais/franca> [Accessed 5 Oct. 2021].
- Camões, I.P. (2012). *Diplomacia cultural: o potencial do português como língua de ciência e de criação de redes*. [online]. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 185.
- Candeias, P., Ferreira, B., e Peixoto, J. (2014). *Emigração Portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber - Uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013*. *População e Sociedade*, 22, 11-32.
- Convenção sobre Relações Diplomáticas (1961). Viena. Disponível em: https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/pdf/Protocolo-estado/viena_diplom%C3%A1ticas.pdf [Acesso em: 7 de março de 2022].
- Cooper, A. F., Heine, J., & Thakur, R. (2013). *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*. Oxford: Oxford University Press.
- Dollot L. (1964). *Les Relations Culturelles Internationales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- EU2021PT. (2021a). *Presidência do Conselho da União Europeia*. [online] Available at: <https://www.2021portugal.eu/pt/presidencia/presidencia-do-conselho/> [Accessed 20 Jun. 2021].
- EU2021PT. (2021b). *Sob o lema “Tempo de Agir: por uma recuperação justa, verde e digital”, Portugal assume esta Presidência com três grandes prioridades para a União Europeia*. [online] Disponível em: <https://www.2021portugal.eu/pt/noticias/sob-o-lema-tempo-de-agir-por-uma-recuperacao-justa-verde-e-digital-portugal-assume-esta-presidencia-com-tres-grandes-prioridades-para-a-ue/> [Acesso em: 10 de julho de 2021].

Figueiredo, I.A. (2010). *Ano do Brasil na França e ano da França no Brasil: diplomacia cultural e relações bilaterais*. Trabalho de Conclusão (Pós-graduação em Relações Internacionais) – Brasília: Universidade de Brasília.

Funck-Brentano, F. e Sorel, A. (1980). *Precis du droit des gens*. Paris: Plon.

Gaspar C. (2000). *Portugal e o alargamento da União Europeia*. [online]. Vol. 35, No. 154/155, PORTUGAL POLÍTICO 25 ANOS DEPOIS, pp. 327-372. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/41011645.pdf?refreqid=excelsior%3Aeb5f94c9379c8686903fd81572b00621&ab_segments=&origin= [Acesso em: 20 de janeiro de 2022].

Gaspar, M. J. C. A. L (2020). *O diplomata no século XXI: Continuidades e mudanças na prática diplomática face às transformações tecnológicas - o caso português*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais. ISCSP, Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/21408/1/DISSERTA%20C3%87%20C3%83%20MESTRADO%20RI%20%20PRATICA%20DIPLOM%20C3%81TICA%20XXI%2024032021FINAL.pdf> [Acesso em: 7 de março de 2022].

Geddes, A. (2005). *The Politics of Migration and Immigration in Europe*. Londres: Sage Publications.

Gomes, A. B. P. (2015). *Percepções, imagens e diplomacia cultural: algumas considerações sobre o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Políticos, v.6, n.2, p.443-465.

Guimarães, F.J. (2008). *O Instituto Camões e a Política Externa Cultural Portuguesa*. [online]. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212953040_ARQUIVO_trab02.pdf [Acesso em: 10 de julho de 2021].

La France au Portugal (2018). *A França obtém o estatuto de Estado observador associado da CPLP*. [online] Disponível em: <https://pt.ambafrance.org/A-Franca-obtem-o-estatuto-de-Estado-observador-associado-da-CPLP> [Acesso em: 10 de janeiro de 2022].

La France au Portugal (2022). *A comunidade francesa em Portugal*. [online] Disponível em: <https://pt.ambafrance.org/A-comunidade-francesa-em-Portugal> [Acesso em: 20 de janeiro de 2022].

Lessa, M. L. (1998). *Aliança Francesa no Brasil: política oficial de influência cultural (1886-1930)* [online]. Clio: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v.17, n.1, 115-133. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24797> [Acesso em: 7 de outubro de 2021].

Marques, J. C., Gois, P., Candeias, P. e Ferreira, B. (2019), “*França*”, OEm Country Reports, 5, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL, DOI: 10.15847/CIESOEMCR052019

My AICEP. (2021). *My AICEP: Mercados Internacionais - França*. [online] Disponível em: https://myaicep.portugalexporta.com/mercados-internacionais/fr/franca?setorProduto=-1%3Futm_source%3Dportugalglobal [Acesso em: 5 de outubro de 2021].

Nicolson S. G. H. (1969). *Diplomacy*. Institute for the Study of Diplomacy. Oxford University.

Nunes, J., Guimarães, A., Côrte-Real, M. e Figueiredo, M. (2006). *Embaixadas de Portugal*. Lisboa: Polígono Editores.

Nye, J. (1990). *Bound to lead*. New York: Basic Books.

Nye, J.S. (2004). *Soft power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs.

Portella de Aguiar, M. (2019). *O ano do Brasil na França e o ano da França no Brasil: os impactos econômicos da diplomacia cultural*. [online]. Revista Cadernos de Campo, n. 27, p.235-256. ISSN 2359-2419. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12673/9070> [Acesso em: 25 de setembro de 2021]

Ribeiro, E. T. (1986). *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

Resolução sobre a Concessão da Categoria de Observador Associado da CPLP à República Francesa (2018). XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Roberts, S. (2017). *Diplomatic communication*. Em S. I. Roberts, *Satow's Diplomatic Practice* (pp. 81-93). Oxford: Oxford University Press.

Rodríguez Barba, F. (2015). *Diplomacia cultural. ¿Qué es y qué no es?* [online] Espacios Públicos, Vol. 18, núm.43, p.33-49. ISSN: 1665-8140. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67642415002> [Acesso em: 25 de setembro de 2021].

Saison France-Portugal 2022: “Le sentiment océanique.” (2021). [online] Institut Français. Disponível em: https://www.institutfrancais.com/sites/default/files/medias/documents/presentation_sais_onfp2022.pdf [Acesso em: 17 de outubro de 2021].

Silva, A. E. D. (1995). *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*. [online] Análise Social, Quarta Série, Vol. 30, No. 130 (1995), pp. 5-50. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011078> [Acesso em: 22 de janeiro de 2022].

Soares, R. X. E. (2018). Relatório de Estágio no Consulado Geral de

Portugal em Bordéus – França. Instituto Diplomático – UBI. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/9474/1/6717_14048.pdf [Acesso em 28 de janeiro de 2022].

Suplemento da edição nº 1101, ano XXXII. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_encarte/encarte185.pdf [Acesso em: 10 de março de 2021].

Suppo, H. R. (2016). *A “máquina diplomática cultural” da Quarta república Francesa no Brasil (1946-1958)*. Meridiano 47: Journal of global studies, [s.l.], v.17, p.1-19.

Teixeira, N. S (2006). *Portugal e a União Europeia Vinte Anos Depois*. In: Nação e Defesa. N. 115, 3ª série. Instituto de Defesa Nacional. Europress. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/39561/1/NST_Portugal_UE_20anos_2006.pdf [Acesso em: 10 de janeiro de 2022].

Turismo de Portugal. (2021). *Turismo - França*. [online] business.turismodeportugal.pt. Disponível em: http://business.turismodeportugal.pt/pt/crescer/Apoio_Estrangeiro/Equipas_Estrangeiro/Paginas/equipa-de-turismo-franca.aspx [Acesso em: 5 de outubro de 2021].

UNESCO (2002). *DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL*. [online]. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20obre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf> [Acesso em 10 de setembro de 2021].

Vidal, D. (2019). *Financiarisation du social et formes d'appartenance. Les émigrants portugais en France et la crise de 2008*. Revue européenne des migrations internationales [online], vol. 35 - nº1 e 2. Disponível em: <http://journals.openedition.org/remi/12960> [Acesso em: 10 de janeiro de 2022].

Jornal de Notícias. 2022. Turistas franceses são quem mais procura Portugal este verão, diz estudo. [online] Available at: <<https://www.voltaaomundo.pt/2020/08/04/turistas-franceses-sao-quem-mais-procura-portugal-este-verao-diz-estudo/noticias/846714/>> [Acesso em: 7 de março de 2022].

www.aefe.fr. (n.d.). *AEFE | Les établissements d'enseignement français*. [online]. Disponível em: <https://www.aefe.fr/reseau-scolaire-mondial/les-etablisements-denseignement-francais> [Acesso em: 1 de outubro de 2021].

Anexos

Anexo A – Fachada principal da Embaixada de Portugal em Paris



Arquivo pessoal

Anexo B – Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros, Jean-Yves Le Drian, junto do Embaixador Jorge Torres-Pereira, na Embaixada de Portugal em Paris, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia



Arquivo pessoal

Anexo C – Ministra da Defesa, Florence Parly, junto do Embaixador Jorge Torres-Pereira, na Embaixada de Portugal em Paris, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia



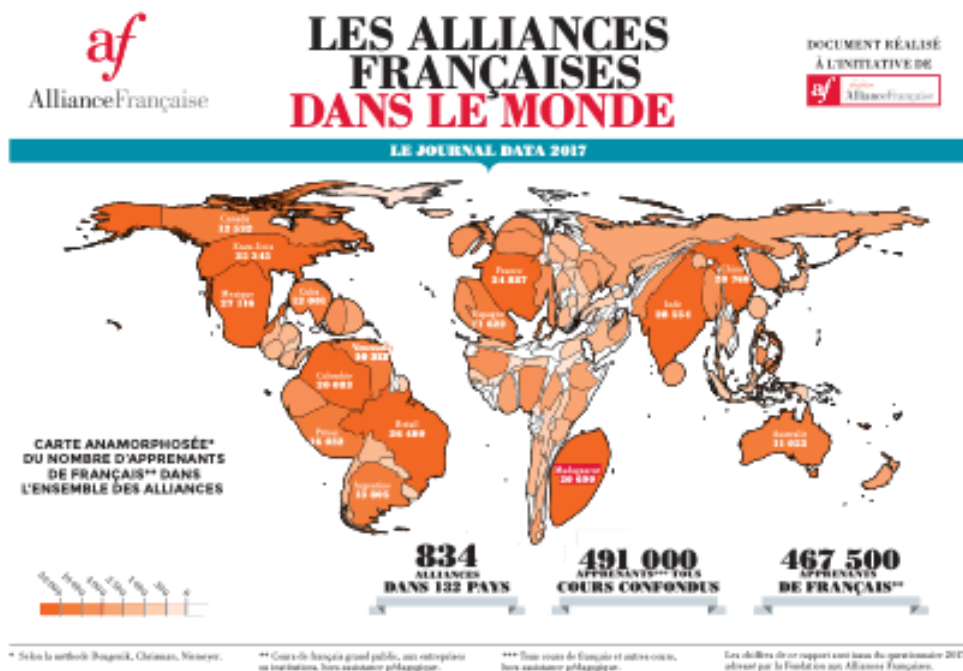
Arquivo pessoal

Anexo D – Ministro da Saúde, Olivier Véran, junto do Embaixador Jorge Torres-Pereira e dos demais Embaixadores da União Europeia em Paris, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia



Arquivo pessoal

Anexo E – Número de Alliances Françaises no mundo em 2017



As Alliances Françaises no Mundo (AF Raport 2017)